



# Imprensa Oficial

## Eletrônica da Estância de Atibaia - IOE

Segunda-feira, 8 de dezembro de 2025 - n.º 2905 - Ano XXIX - Edição Extraordinária

Lei Complementar n.º 760, de 29 de setembro de 2017 | [www.atibaia.sp.gov.br](http://www.atibaia.sp.gov.br)

esta edição tem 2 páginas

## Secretaria de Governo

Memorando 45.944/2025

### LEI COMPLEMENTAR Nº 964 de 05 de dezembro de 2025

**Dispõe sobre a criação da função gratificada de Assessor Pedagógico de Gestão de Aprendizagens no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Atibaia.**

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, aprova e o PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 73 da Lei Orgânica do Município da Estância de Atibaia, sanciona, promulga e manda publicar a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica criada, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Atibaia, a função gratificada de Assessor Pedagógico de Gestão de Aprendizagens, destinada ao assessoramento técnico-pedagógico das equipes gestoras das unidades escolares e à implementação de ações voltadas à melhoria da aprendizagem dos alunos.

**Art. 2º** A designação para a função gratificada de Assessor Pedagógico de Gestão de Aprendizagens será realizada por portaria do Prefeito Municipal, mediante indicação da Secretaria Municipal de Educação, após processo de inscrição, análise e classificação conduzido pela referida Secretaria, conforme critérios definidos em regulamento próprio.

**Art. 3º** O exercício da função será destinado exclusivamente a professores efetivos da carreira do magistério da Rede Municipal de Ensino de Atibaia que atendam aos seguintes requisitos:

- I-** Ser ocupante de emprego público efetivo de Professor, com no mínimo 03 (três) anos de atuação na Rede Municipal de Ensino de Atibaia;
- II-** Possuir licenciatura plena em Pedagogia ou especialização em Educação Inclusiva, Psicopedagogia ou Alfabetização;
- III-** Estar em efetivo exercício e em pleno gozo de suas condições físicas e mentais

**Art. 4º** Compete ao Assessor Pedagógico de Gestão de Aprendizagens:

- I-** Assessorar a equipe gestora na coordenação, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas da unidade escolar;
- II-** Apoiar a direção e coordenação pedagógica na análise de indicadores de desempenho escolar, fluxo, frequência e rendimento dos alunos;

**III-** Planejar e acompanhar, junto à equipe docente, estratégias pedagógicas voltadas à recomposição de aprendizagens e ao atendimento de alunos com baixo rendimento escolar;

**IV-** Promover ações formativas e reflexões coletivas com professores, voltadas ao aprimoramento das práticas pedagógicas em conjunto com o professor coordenador;

**V-** Atuar de forma colaborativa no planejamento e acompanhamento de projetos institucionais e ações pedagógicas.

**VI-** Estabelecer diálogo contínuo com as famílias e equipes escolares, fortalecendo a co responsabilidade pela aprendizagem dos estudantes;

**VII-** Elaborar relatórios, registros e documentos pedagógicos que subsidiem a tomada de decisões da gestão escolar e da Secretaria Municipal de Educação;

**VIII-** Participar, em representação da unidade escolar, de reuniões, fóruns, comissões e formações institucionais;

**IX-** Exercer suas atribuições de forma integrada à gestão escolar, respeitando os princípios da legalidade, eficiência, colaboração e interesse público;

**X-** Cumprir jornada de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas conforme os turnos de funcionamento da unidade escolar e as demandas estabelecidas pela equipe diretiva.

**Art. 5º** Pelo exercício da função gratificada de Assessor Pedagógico de Gestão de Aprendizagens, o professor efetivo designado fará jus à remuneração correspondente à jornada de 40 (quarenta) horas semanais, acrescida de um adicional de 18% (dezoito por cento) sobre o vencimento base do cargo efetivo.

**Art. 6º** A classificação dos candidatos interessados observará os critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação, considerando:

- I-** O tempo de efetivo exercício no Magistério Municipal;
- II-** A titulação e formação continuada do candidato;
- III-** Avaliação de perfil e experiência profissional compatíveis com as atribuições da função.

**§1º** Para fins de contagem de tempo, considera-se “ano completo” o período compreendido entre o primeiro e o último dia letivo do ano, conforme o calendário escolar oficial.

**§2º** Os períodos concomitantes de tempo de serviço serão pontuados uma única vez, prevalecendo o de maior valor.

**Art. 7º** A designação para a função gratificada de Assessor Pedagógico de Gestão de Aprendizagens poderá cessar a qualquer tempo, por qualquer dos seguintes motivos:

- I-** Interesse da Administração Pública, conforme conveniência e oportunidade;
- II-** Afastamento superior a 15 (quinze) dias, salvo em caso de férias regulamentares;
- III-** Interesse do professor designado;
- IV-** Descumprimento das atribuições ou desempenho insatisfatório,

## Atos do Poder Executivo

após análise da equipe gestora e manifestação da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 8º** O Assessor Pedagógico de Gestão de Aprendizagens não possuirá sede definitiva, podendo ser designado para atuar em diferentes unidades escolares, conforme necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 10º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA “FÓRUM DA CIDADANIA”, 05 de dezembro de 2025.**

**- Daniel da Rocha Martini -  
PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**

**- Denise de Oliveira Barbosa -  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

**- Claudio Peixoto da Silva -  
SECRETÁRIO DE GOVERNO**

**Memorando 55.517/2025**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 965  
de 05 de dezembro de 2025**

**Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 150, de 27 de novembro de 1995, que dispõe sobre a concessão mensal de cesta básica aos servidores públicos municipais, facultar a opção pelo recebimento de vale alimentação.**

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, aprova e o **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 73 da Lei Orgânica do Município, sanciona, promulga e manda publicar a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Altera o artigo 2º da Lei Complementar nº 150, de 27 de novembro de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder mensalmente aos servidores públicos municipais um benefício consistente, à escolha do servidor, em:

I – Cesta básica de gêneros alimentícios, conforme conteúdo definido e autorizado por decreto do Poder Executivo, observada a compatibilidade orçamentária; ou

II – Vale-alimentação, em cartão eletrônico/magnético, destinado exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios, cujo valor, forma de reajuste e demais condições serão definidas em decreto do Poder Executivo, observada a compatibilidade orçamentária e a política de valorização do servidor.”

**Art. 2º** O anexo único da Lei Complementar nº 150/1995, que contém o cardápio dos itens da cesta básica, fica revogado, cabendo ao Poder Executivo disciplinar e atualizar o conteúdo da cesta básica por meio de decreto, após aprovação do Sindicato dos Servidores Municipais, Câmara Municipal e Autarquias de Atibaia/SP – SISMA.

**Art. 3º** O vale-alimentação de que trata o inciso II do art. 1º:

I – Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;

II – Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, FGTS ou imposto de renda, nos termos do §2º do art. 457 da CLT;

III – Será concedido exclusivamente aos servidores ativos, nas mesmas condições e prazos estabelecidos para a cesta básica, conforme o disposto em regulamento.

**Art. 4º** O servidor deverá manifestar sua escolha entre a cesta básica e o vale-alimentação em momento a ser definido em decreto do Poder Executivo, devendo formalizá-la nos prazos e condições nele estabelecidos.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o anexo da Lei Complementar nº 150, de 27 de novembro de 1995.

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA “FÓRUM DA CIDADANIA”, 05 de dezembro de 2025.**

**- Daniel da Rocha Martini -  
PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**

**- Michel Ramiro Carneiro -  
SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS**

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

**- Claudio Peixoto da Silva -  
SECRETÁRIO DE GOVERNO**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5856-0445-15C4-BF94

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDIO PEIXOTO DA SILVA (CPF 106.XXX.XXX-83) em 08/12/2025 16:42:06 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://atibaia.1doc.com.br/verificacao/5856-0445-15C4-BF94>